



**FACULDADE DE RATIO  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**CICERO DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA CAPACIDADE DE INCLUSÃO NA COMUNIDADE  
ESCOLAR PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E VISUAL**

**FORTALEZA – CE  
2019**

S586e Silva, Cicero da.

A Educação Física e sua Capacidade de Inclusão na  
Comunidade Escolar para Crianças com Deficiência. / Cicero  
da Silva. Fortaleza, 2019.  
52 fls. Enc.

Orientador(a): Prof. Esp. Helton Bernardino Lima.  
Monografia (Graduação) – Faculdade Ratio, Curso  
Educação Física.

1. Educação Física 2. Inclusão Social 3. Aprendizagem  
I. Prof. Esp. Helton Bernardino Lima. II. Faculdade Ratio,  
Graduação em Educação Física III. Título

CDD 613.7

**CÍCERO DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA CAPACIDADE DE INCLUSÃO NA COMUNIDADE  
ESCOLAR PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA**

Monografia apresentada à banca examinadora do programa de graduação Licenciatura em Educação Física, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação Física

Orientador prof<sup>o</sup>. Esp. Helton Bernardino Lima

**FORTALEZA-CE  
2019**

## TERMO DE APROVAÇÃO

**CÍCERO DA SILVA**

### **A EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA CAPACIDADE DE INCLUSÃO NA COMUNIDADE ESCOLAR PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA**

Monografia apresentada à banca Examinadora do Programa de Graduação, Licenciatura em Educação Física, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Educação Física.

Monografia aprovada em \_\_\_ / \_\_\_ / 2018

Nota\_\_\_\_\_

---

Cícero da Silva  
**Acadêmico**

---

Prof°. Mc. Helton Bernardino Lima  
**Orientador**  
Ratio

---

Prof°. Mc. Paulo Gabriel Lima de Rocha  
Ratio

---

Prof°. Mc. Antonio Adriano da Rocha Nogueira  
Ratio

**Apesar dos nossos defeitos, precisamos enxergar que somos pérolas únicas no teatro da vida e entender que não existem pessoas de sucesso ou pessoas fracassadas. O que existe são pessoas que lutam pelos seus sonhos ou desistem deles.**

**Augusto Cury**

## **DEDICATÓRIA**

A realização desse sonho é dedicada a todas as pessoas que me incentivaram, me apoiaram e acima de tudo acreditaram em mim. Viram muito além as minhas potencialidades, viro que eu era capaz, sem elas eu não conseguiria nada sozinho, a minha família principalmente que a base de tudo em minha vida, aos meus colegas de faculdade, em fim, a todos vocês meu abraço carinhoso, e podem ter certeza eu os levarei em meu coração por toda minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus primeiramente, por sua imensa bondade e sabedoria, aos mestres que contribuíram para minha formação acadêmica, a minha família e amigos que sempre me apoiaram nos momentos difíceis, a minha querida mãe Francisca Ercília de Lima, em especial a minha esposa Ana Claudia Henrique de Araujo que tanto amo, a todos aqueles que me incentivaram e apoiaram de todas as formas possíveis para que eu pudesse chegar ao o objetivo, pois sem eles não teria conseguido, e todos aqueles de contribuíram direto ou indiretamente para que eu obtivesse sucesso, a todos meu muito obrigado.

## RESUMO

Educação Física pode ser considerada uma importante ferramenta de inclusão de alunos com deficiências. Nesse contexto, as escolas de ensino infantil e fundamental se tornaram mais flexíveis com relação à inclusão e a promoção da saúde através dos exercícios físicos. A temática sobre a importância da Educação Física na educação inclusiva infantil está em uso em todas as instâncias educacionais, como requisito indispensável à contribuição do cumprimento da legislação brasileira. A inclusão de alunos com deficiências nas aulas de Educação Física no ensino fundamental se tornou um desafio nos últimos anos, haja vista que o bem estar proporcionado pelos exercícios físicos e a prática do profissional pode ser considerado imprescindível para compreender o comportamento dos alunos na atualidade, enquanto campo fértil de atuação do Educador Físico. O objetivo é compreender o papel do professor de Educação Física no contexto de inclusão escolar nos casos de ajudar a pessoa com deficiência, bem como contribuir para estudos em relação ao êxito no desenvolvimento de atividades propostas pelos professores. A metodologia utilizada consiste na pesquisa bibliográfica, que compreende o estudo de textos e livros que atinam para um aprofundamento teórico do assunto em pauta. O estudo refere-se às atividades físicas e o desenvolvimento do bem estar associado ao vínculo escolar e a importância de se sentir útil no processo de inclusão, resgatando a sua autoestima. Os direitos humanos e o Estatuto da pessoa com deficiência são considerados mecanismos de ajuda no crescimento teórico e prático do profissional. Infelizmente existem famílias que sofrem com seus filhos, muitas vezes em situação de vulnerabilidade social, e o que se espera do professor de Educação Física é um maior engajamento no sentido de respeitar às diferenças, lutar pela garantia dos direitos humanos e trabalhar em prol da justiça social e equidade no Brasil. A educação física voltada para a inclusão promove aos deficientes uma melhor qualidade de vida, pois previne as doenças secundárias causadas pelas deficiências, e, além disso, proporciona uma melhoria na vida do atleta com deficiência de forma que o esporte promove a superação de seus limites melhorando assim a sua autoestima. O esporte é uma das maiores ferramentas de socialização e inclusão social, capaz de transformar vidas. Através dos esportes adaptados podemos incluir uma grande variedade de deficiência física fazendo com que eles possam superar todos os limites, tornando-os pessoas motivadas capazes de enfrentar qualquer obstáculo.

**Palavras-Chave:** Educação Física. Inclusão Social. Aprendizagem.

## ABSTRACT

Physical Education can be considered an important tool for the inclusion of students with special educational needs; in this context, elementary and primary schools have become more flexible regarding inclusion and health promotion through physical exercises. The issue of the importance of physical education in children's inclusive education is in use in all educational institutions, as an indispensable requirement for the contribution of compliance with Brazilian legislation. The inclusion of students with special educational needs in Physical Education classes in elementary school has become a challenge in recent years, the well being provided by physical exercises and the practice of the professional can be considered essential to understand the behavior of students today, while field of action of the Physical Educator. The objective is to understand the role of physical education teacher in the context of school inclusion in cases of assistance to people with special needs, as well as to contribute to successful studies in the development of activities proposed by teachers. The methodology used consists of the bibliographical research, which includes the study of texts and books that aim at a theoretical deepening of the subject in question. The study refers to physical activities and the development of well-being associated with the school bond, the importance of feeling useful in the inclusion process, rescuing their self-esteem. Human rights and the Statute of persons with disabilities are considered mechanisms of assistance in the theoretical and practical growth of the professional. Unfortunately there are families that suffer with their children, often in situations of social vulnerability, what is expected of the Physical Education teacher is a greater commitment to respect differences, fight for the guarantee of human rights and work for social justice and equity in Brazil. Inclusive physical education promotes a better quality of life for people with special needs, as it prevents secondary diseases caused by disabilities and also provides an improvement in the life of the disabled athlete so that the sport promotes the overcoming of their limits thus improving their self-esteem, sport is one of the greatest tool of socialization and social inclusion, capable of transforming lives. Through adapted sports we can include a wide variety of physically handicapped people so that they can overcome all boundaries, making them motivated people capable of facing any obstacle.

**Keywords:** Physical Education. Social. Inclusion. Learning.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPITULO I</b>	
<b>1. O PAPEL DO PROFESSOR E A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....</b>	<b>12</b>
1.1 A Legislação em Educação Especial e Espaço Escolar.....	15
1.2 As Tecnologias e a Educação Inclusiva.....	21
1.3 A Educação Física e sua Colaboração para alunos com Deficiência Auditiva.....	24
<b>CAPITULO II</b>	
<b>2. A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E VISUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....</b>	<b>32</b>
2.1 O Atendimento Especializado e Acessibilidade Física.....	34
2.2 O Ambiente da Área de Educação Física e os Profissionais.....	36
2.3 O Profissional da Educação Física e a Família.....	38
<b>CAPITULO III</b>	
<b>3. A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E VISUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>40</b>
3.1 Pressupostos Filosóficos da Educação Física e Inclusão.....	42
3.2 Como Atender às Diferenças.....	44
3.3 Integrações X Inclusão.....	44
3.4 Atividades Físicas para alunos com deficiência.....	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXOS</b>	

## INTRODUÇÃO

O Século XXI tem apontado para uma constante mobilização da escola frente à discussão sobre a inclusão dos alunos que apresentam deficiências nas salas de aulas de ensino regular. Esse movimento desperta a escola para refletir sobre os princípios desse novo paradigma, que vai desde a convivência com esses alunos em um mesmo espaço até uma mudança na organização de todo o trabalho pedagógico da escola.

A educação, direito de todos, dever do Estado, dever da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando a qualificação para o trabalho. Assim como também está assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente que toda criança e adolescente têm direito de entrar na escola e permanecer em um ambiente saudável e propício à aprendizagem, ter o respeito de seus educadores, reclamar quando achar que sua nota ou conceito foram injustos e se juntar a outros estudantes para defender seus pontos de vista.

A contribuição do atendimento do educador físico na educação inclusiva de alunos com deficiências pode ser considerada uma importante ferramenta de socialização e interação de alunos com deficiências, principalmente nas escolas de ensino infantil e fundamental.

A justificativa dessa temática se evidencia na importância da aceitação da deficiência de cada aluno na própria família e também na escola, onde a criança precisa receber amor, compreensão e ajuda para vencer suas limitações impostas pela deficiência. Além disso, de acordo com suas necessidades individuais, precisará receber uma educação especializada, a qual deverá começar o mais cedo possível, de preferência nos primeiros anos de vida no ambiente escolar.

A problemática que se pretende responder diz respeito à forma como o atendimento ao aluno com deficiência, mais especificamente com problemas de audição, pode contribuir para um ambiente saudável de aprendizagem e inclusão social no contexto das aulas de educação física.

No que se refere ao presente trabalho, pretende-se compreender o processo de ensino de Educação Física à crianças com deficiência auditiva e visual, bem como analisar as formas de atendimento que são disponibilizados para atender no sentido esses alunos e como são aplicados de servir como suporte no desenvolvimento das atividades propostas pelos educadores físicos.

A metodologia utilizada para atender ao disposto consiste na pesquisa bibliográfica, com ênfase no estudo de textos, livros e internet que referenciam um viés teórico do tema central. E neste sentido, salientar a forma como pode ser desenvolvido o processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino infantil.

Entretanto, para melhor compreensão da leitura desse trabalho, ele está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo fala a respeito do papel do professor e a importância das crianças com deficiência nas aulas de Educação Física, fazendo menção da legislação em Educação Especial e Espaço Escolar, as tecnologias e a Educação Inclusiva e a colaboração da Educação Física para alunos com Deficiência Auditiva.

O segundo capítulo trata da importância de incluir as pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física, levando em conta o Atendimento e a Acessibilidade Física, o ambiente da área de Educação Física e os profissionais e a relação entre o profissional da Educação Física e a família.

E o terceiro capítulo discorre sobre a inclusão das pessoas com deficiência nas aulas de Educação Infantil, considerando os pressupostos filosóficos da Educação Física e Inclusão, a forma de atendimento às diferenças, integrações versus inclusão e as atividades físicas para alunos com deficiência.

Portanto, o desenvolvimento desse trabalho tem intenção de contribuir no processo de inclusão das pessoas com deficiência na sala de aula do ensino regular, bem como nas aulas de Educação Física, no sentido de proporcionar um melhor aproveitamento no acompanhamento físico e intelectual dessas pessoas.

## **CAPITULO I**

### **1. O PAPEL DO PROFESSOR E A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

É de fundamental importância que o profissional de educação física, desenvolva métodos para incluir as crianças com deficiência. Tendo em vista que os esportes em geral já fazem isso, pois têm em sua principal característica desenvolver a socialização entre aqueles que o praticam, mais quando são voltados para as limitações dessas pessoas precisam ser reinventados, considerando que o profissional de educação física tem esse papel, sendo pois o profissional mais indicado.

A discussão sobre o cuidado com os alunos com deficiência têm-se intensificado nos últimos anos, sobretudo na melhoria da qualidade de ensino, na busca pela inclusão e no tratamento adequado para atender a todas as deficiências, desde a nomenclatura das síndromes até a condução das atividades em sala de aula.

De certa forma temos que ser capazes, de desenvolver atividades específicas para que as crianças com deficiência sejam incluídas ao meio social. O profissional de educação física está preparado para isso, pois desenvolve técnicas que tragam às crianças normais para experimentar como é a vivência de outra criança com limitações. Um exemplo disso é quando adaptamos um voleibol normal para voleibol sentando, onde crianças normais têm que participar com crianças que apresentam deficiência física.

Nesse momento causa-se um choque de realidades, mas ao mesmo tempo estamos incluindo e educando. Pois só assim saberão e conhecerão as dificuldades dos colegas deficientes físicos, mas também verão e reconhecerão sua força e capacidade dentro de suas limitações, passando assim a respeitá-los.

Sendo assim é possível classificá-las: como deficiência visual: A diminuição ou perda total da visão, que pode ser dividida em: Cegueira, quando há perda total da visão e visão reduzida ou baixa, quando existe a possibilidade de enxergar, mas através de recursos específicos. E deficiência física: Diversidade nas condições não sensitivas que afeta na mobilidade do indivíduo, pode ter causa por malformação congênita ou adquirida (CONDE, 2012).

Em casos como os de perda da visão, entram os esportes adaptados como auxílio na inclusão de pessoas com deficiência visual. Um exemplo disso é o futebol para cegos, que após a adaptação do futebol em si, veio a se tornar esporte olímpico, e muitos atletas tiveram a oportunidade de representar seus países nas paraolimpíadas.

Isso mostra que a Educação Física voltada para os esportes adaptados tem mudado a vida de muita gente, considerando que os esportes além de ser uma fonte de interação é também uma forma de inclusão de todos os indivíduos da sociedade e que a Educação Física voltada para a inclusão não somente de pessoas com alguma deficiência, mas engloba a todos de uma forma geral.

De acordo com Menezes (2008, p. 52), os princípios básicos da educação especial não preveem “normalizar” portador de deficiência, mas sim possibilitar a ele o direito de ser diferente e ser atendido pela sociedade. Então vem sendo cobrado da sociedade ao longo dos tempos como trabalhar a inclusão daqueles que ela própria não incluiu. Isso no século XXI passou a ser discutido e trabalhado com mais obstinação, propiciando grandes desafios de acessibilidade e inclusão.

Silva (2006, p. 4), assevera que,

É importante conhecer os diferentes tipos de deficiências, bem como preveni-las e, nos casos em que a deficiência já se encontra instalada, promover a reabilitação e o resgate da autoestima, potencializando as possibilidades de inclusão social/escolar. A legislação atual vem dando suporte às iniciativas que visam à inclusão, contribuindo com quebra de barreiras e garantindo o direito de ir e vir das pessoas com deficiência (SILVA, 2006, p. 4).

Carvalho (2008) relata que a partir de 1950 originaram-se as escolas especializadas e, logo mais tarde, surgiram as classes formadas com pessoas com deficiência incluídas em escolas comuns. Nos meados da década de 70, crianças e adolescentes deficientes começaram a estudar em classes de uso comum, isso sem nenhuma adaptação do sistema escolar.

A partir dos anos 90, foi que a ONU deu início a um movimento mundial a favor da sociedade inclusiva, evidenciando a primordialidade de preparar o sistema escolar para as pessoas com deficiência e de formar professores habilitados para desenvolver trabalho com essas crianças. Este movimento a favor da inclusão educacional deu início com a Convenção de Direitos da Criança no ano de 1988 e

com a Declaração sobre Educação para Todos de 1990 (Jomtien-Tailândia) e logo depois confirmado na Declaração de Salamanca-Espanha em 1994 (BRASIL, 2004).

Na concepção de Menezes & Santos (2008 Apud Carvalho, 2004), a Declaração de Salamanca tornou maior o conceito de necessidades educacionais especiais, com a inclusão de todas as crianças que não estivessem conseguindo alcançar benefícios na escola seja por qual motivo for.

Assim, a percepção de "necessidades educacionais especiais" passou a atender, além das crianças com deficiência, aquelas que estivessem com dificuldades de caráter temporário ou permanente na escola. ("... todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem").

A Declaração de Salamanca se tornou o mais completo texto em relação a inclusão na educação, resultado da Conferência Mundial de Educação Especial. Teve como participantes desta Conferência um total de 88 governos (inclusive do Brasil) e 25 organizações internacionais (BRASIL, 2004).

A declaração leva a compreensão de escola inclusiva a partir do momento em que cita: "crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças" e que "o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva".

Certifica ainda que "dentro das escolas inclusivas, as crianças com deficiência deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...)" (BRASIL, 2006, p. 30).

A Declaração de Salamanca propõe fornecer estratégias básicas para a produção e reforma de políticas do sistema educacional em conformidade com o movimento de inclusão social. O documento retrata que a educação é para todos, e isso não difere da educação de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, que também deve acontecer dentro do sistema regular de ensino. A Declaração de Salamanca defende que "as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras" (BRASIL, 2004).

Maria Montessori é Italiana, médica psiquiatra, e criou um método para tratar inicialmente de crianças "deficientes". Preocupada com a saúde mental das crianças,

procurou oferecer-lhes um ambiente apropriado, respeitando sua liberdade de ação. Esse método foi estendido também às demais crianças, visto que as escolas precisavam de adaptações também para as crianças tidas como “normais” (ARANHA, 2006, p. 246).

Conforme Aranha (2006, p. 246) o método montessoriano visa à adaptação do ambiente para o aluno, como a criação de móveis e utensílios proporcionais ao usuário, como também a criação de materiais pedagógicos mais cativantes, com cores e formas diferentes, que pudesse estimular à leitura, a escrever e ao cálculo.

Nesse sentido, o papel do professor de Educação Física deve colaborar para que as crianças com deficiência tenham contato com as brincadeiras, as atividades diversificadas que envolvam jogos e competições, sem que haja exclusão ou preferências nas atividades propostas.

O Professor de Educação Física, a Escola e a família assumem na sua relação como verdadeiros grupos que embora diferenciados, se mantêm cooperativos com sistemas diferentes que transformem a sua interação numa real parceria, de forma que a criança, na generalidade e, a criança com deficiência especificamente, possa desenvolver ao máximo as suas capacidades de forma harmoniosa e coerente.

## **1.1 A Legislação em Educação Especial e Espaço Escolar**

Na construção do espaço podem-se proporcionar sugestões de adaptação na estrutura, onde é possível abordar o atendimento especial necessário aos deficientes, como altura das janelas, construção de rampas, implantação de corrimões, pisos táteis, e etc.

Telma Cristina (2008), na sua tese de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo referencia o seguinte:

É claro que a inclusão vai muito além de uma arquitetura apta de receber crianças com necessidades especiais. Mas o espaço arquitetônico não é apenas coadjuvante (como é considerado) nesse processo, ele é o cenário onde todas as relações acontecem: da pedagogia que é praticada, das relações entre professores e as crianças e entre as próprias crianças, valorizando o convívio com a diferença (TELMA CRISTINA, 2008, p.21)

O espaço físico deve ser coerente, integrado com a proposta e com as normas determinadas pela legislação em vigor pertinente à: localização, meio ambiente, acesso, saneamento, segurança, salubridade, tamanho, higiene, luminosidade, temperatura e ventilação, em acordo com as diversidades locais.

O edifício deve receber elementos de proteção ao sol e à chuva que possam trazer melhorias no desempenho térmico e luminoso do edifício. Essas medidas visam o conforto dos usuários e a redução no consumo de energia.

As salas de maior permanência dos alunos deverão possuir orientação Norte/Sul para evitar a incidência solar direta na lousa e nas carteiras, melhorando o acesso e a mobilidade, bem como uma visão ampla da sala, um melhor aproveitamento do espaço, condução das atividades e conseqüentemente uma melhor aprendizagem.

A Lei de nº 7.853, de 24 de 03 Outubro de 1989, dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências (BRASIL, 1989).

A discussão sobre educação especial começou a surgir no Brasil a partir de 1930, mas foi através de muita batalha, arranjos e surgimento de leis a favor que começou a se fortalecer. Na concepção da educação inclusiva, o atendimento educacional especial passa a ter definição do seu público alvo, que são pessoas com deficiência, mental, auditiva, visual, motora, física e múltipla, nesse âmbito o ensino chega a ser o mais próximo possível do comum, respeitando e superando as limitações (SILVA, 2006, p. 32).

Quanto à estrutura propor diretrizes arquitetônicas que possa proporcionar autonomia fundamental para os deficientes físicos e visuais para auxiliar no processo de desenvolvimento e aprendizagem, bem como conceber a liberdade de locomoção dentro do espaço, por conta própria do deficiente.

As bibliotecas devem garantir recursos audiovisuais, publicações em texto digital acessível e serviço de apoio, conforme definido em legislação específica. (ABNT 9050/2015. p.137).

Recomenda-se que possuam também publicações em Braille. Haja vista que pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis à P.C.R. - (Proteína C reativa) e P.M.R. (Pessoas com Mobilidade Reduzida). É importante lembrar, além disso, que pelo

menos outros 10% sejam adaptáveis para a acessibilidade. (ABNT 9050/2015. p.137).

Analisando as escolas citadas acima foi possível observar que tiveram que ganhar modificações ao longo do tempo, para atender às normas de acessibilidade e garantir o direito de uma educação inclusiva aos deficientes.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil RCNEI (2008, p. 27) considera as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a sete anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania embasado nos seguintes princípios:

O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc;  
 O direito das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e a estética;  
 A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;  
 O atendimento aos cuidados essenciais associando à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade (BRASIL, RCNEI, 2008, p. 13).

As ideias liberais divulgadas no Brasil no final do século XVIII e início do século XIX influenciaram o surgimento da educação das crianças com deficiência, que se deu, inicialmente, em instituições como as Santas Casas de Misericórdia que exerceram papel importante na educação das pessoas com deficiência já que seguindo a tradição europeia atendiam a pobres e doentes.

A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, a partir de 1717, passou a acolher crianças abandonadas até a idade de sete anos. Embora não existam registros oficiais sobre como era o atendimento a essas crianças, é possível supor que muitas delas apresentavam limitações físicas ou mentais.

Depois dos sete anos de idade, meninos e meninas eram enviados para outros seminários que os preparavam para o futuro, atitude essa que não era comum na época. É possível que algumas crianças com deficiência leve tenham recebido esse mesmo tratamento, enquanto as crianças com deficiência mais severa permaneciam nas Santas Casas de Misericórdia, no início do século XIX.

Segundo Moraes,

Nesta época, o campo de assistência social reduzia-se ao setor médico hospitalar, representado pela Santa Casa de Misericórdia, e por outras poucas obras, como o Lazareto, fundado pelo governo provincial, em 1802.

Com o objetivo de resolver o problema, o então presidente da província, Cria em 1825, a Casa da Roda ou Casa dos Expostos e a instala em pavimento térreo da Santa Casa da Misericórdia, onde quem desejasse se desfazer de uma criança pudesse depositá-la na caixa e, movimentando a roda passá-la para o interior do prédio. (MORAES, 2000, p. 73).

Por volta de 1857, o Brasil passa por um momento de crescimento econômico, de estabilização do poder imperial e de crescente influência das ideias trazidas principalmente da França e de pessoas cujas ações estavam em destaque internacionalmente. Nessa época, alguns brasileiros, inspirados em experiências realizadas por médicos, filósofos e educadores da Europa e dos Estados Unidos, começaram a organizar serviços voltados para o atendimento das pessoas com deficiências sensoriais, mentais e físicas.

## **1.2 As Tecnologias e a Educação Inclusiva**

Segundo Anabela França Mota (2012) do Centro de recursos tecnológicos na educação especial em seu artigo sobre: um contributo para a sua avaliação Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa do Instituto de Educação, citando Carvalho (2011), refere que a escola é “uma sede privilegiada para a aprendizagem das TIC”, (Tecnologias de Informação e Comunicação) esperando, que haja uma “melhoria do aluno/computador” que vá introduzindo “alterações significativas conducentes aos alargamentos do acesso à sociedade da informação e do conhecimento pelas atuais gerações mais jovens”.

Em sua opinião, esta situação irá em longo prazo, “promover a acessibilidade ao ambiente edificado e às TICs, de forma duradoura e efetiva, assegurando condições de equidade, conforto, segurança e qualidade”, acrescentando que esta situação é desejável e necessária em termos sociais, configurando-se em termos econômicos como “investimento com retorno”.

A Escola, ao assumir-se como promotora de inclusão escolar e digital, tem de implementar estratégias eficientes e adequadas aos alunos considerados deficientes.

Silva (2007) refere que “neste movimento de diversidade e inclusão, as TICs, principalmente na efetivação das atividades do currículo que é verdadeiramente desenvolvido nas salas de aula, são o abrir de uma nova era de alternativas para os professores”.

A existência de meios técnicos especiais, direcionados para estes alunos e ao seu serviço, podem constituir como uma verdadeira mais-valia na melhoria da sua qualidade de vida, possibilitando-lhes o desenvolvimento de competências, os seus horizontes e permitindo mais facilmente, não só a sua inclusão na sociedade, mas também a sua integração profissional.

A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) permite a concretização de uma educação inclusiva e um efetivo atendimento à diversidade, uma vez que a “comunicação e informação interligam-se e potencializam-se mutuamente” (SILVA, 2007).

Este autor defende mesmo que “em termos de educação para todos, o que se almeja é uma escola que aceite a diversidade como fundamento para convivência social” e que o valor de cada um seja “valor fundamental”.

Conforme Ponte (2002 apud Mota, 2012, p. 15), as novas tecnologias devem equacionar, sobretudo a valorização da pessoa e o seu projeto de vida.

É no contexto das tecnologias ligadas às necessidades educativas especiais (NEE), que se situa a nossa inquietação e preocupação profissional. Decidimos realizar um estudo sobre os Centros de Recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação (CRTIC), para a educação especial, no sentido de aprofundar os nossos conhecimentos e perceber se estes centros são realmente úteis para a educação especial (MOTA, 2012, p. 15).

Sobre esse assunto podemos concordar com Freire (2003 apud Mota, 2012, p. 15), “quando este refere que a formação técnico-científica não é antagônica à formação humanista dos homens, desde que a ciência e tecnologia, na sociedade estejam ao serviço da sua libertação permanente e da sua humanização”.

O processo de avaliação na educação inclusiva é uma das partes fundamentais do processo ensino e aprendizagem e há diferentes definições e formas de mensurá-lo, uma vez que cada momento histórico e cada sociedade configuram um currículo e define os procedimentos educacionais com a finalidade de interferir ou não numa determinada realidade social.

O ato de avaliar, conforme os preceitos da educação inclusiva, está associado à concepção de homem, sociedade e educação. Nesse sentido, as particularidades de cada indivíduo devem ser levadas em consideração no processo de ensino e aprendizagem.

Para muitos estudiosos contemporâneos sobre o tema, entre eles Luckesi

(2001), a avaliação consiste num processo de coleta de dados, síntese e interpretação de informações e seu uso para promover melhorias, objetivando qualidade.

Segundo Nagel (2007), para superar a concepção quantitativa de avaliação enquanto ação pontual, meramente técnica e burocrática, com preenchimento de boletins individuais com notas ou conceitos, ou ainda, um processo de discriminação e exclusão social, e de ameaça e controle disciplinar, é necessária a compreensão das complexas redes de relações sociais efetivadas na prática escolar por meio de mediações realizadas pelo professor no interior da sala de aula.

As ações coletivas dos professores, visa rever sua prática pedagógica, aqui entendida como autoavaliação, concebendo um recurso a mais para melhorar o ensino, e assim estabelecer critérios de avaliação, ou melhor, padrões de qualificação do processo ensino e aprendizagem, inclusive na educação inclusiva.

Luckesi (2001) relata que a avaliação não é apenas um instrumento de aprovação ou reprovação de alunos, mas sim uma estratégia para diagnosticar uma determinada situação pedagógica, com o objetivo de redefinir novos encaminhamentos metodológicos para a promoção da aprendizagem.

Para Gasparini (2002), avaliar consiste na construção de uma síntese do que os alunos estão aprendendo (sistematização do conhecimento apreendido), de forma descritiva, para comunicar o andamento do processo ensino e aprendizagem e por meio de registros do que foi produzido pelos alunos. É um processo que torna consciente, para o próprio aluno, o que foi aprendido, e para o professor, o que foi ensinado.

Conforme Paro (2001), atualmente, a avaliação passou a ser vista como um processo de construção e desenvolvimento do aluno, em duas perspectivas: a social e a pedagógica. Na primeira, a avaliação deve fornecer ao aluno informações sobre o desenvolvimento de competências necessárias para atuar na sociedade, em especial, no mercado de trabalho. Já na segunda, deve fornecer ao professor informações sobre o processo de aprendizagem.

Moretto (2008) expõe que compete ao professor organizar de forma eficiente o processo de avaliação da aprendizagem, concebendo a prova como um momento privilegiado de estudo e com questões elaboradas de forma assertiva e com linguagem pertinente e adequada aos valores culturais e ao contexto dos alunos, com parâmetros claros para correção.

Nessa perspectiva, a avaliação torna-se diagnóstica e formativa, e não apenas um processo classificatório, seja no ensino regular ou não. Contribuindo para o aprimoramento da metodologia de ensino.

A avaliação é uma forma de acompanhamento e reorientação permanente da prática docente, além de ser uma estratégia para comprovar se resultados e competências foram ou não atingidos pelos discentes, considerando-se os aspectos sócio-culturais dos envolvidos nesta dinâmica. Desta forma, isso se torna fundamental na educação inclusiva.

### **1.3 A Educação Física e sua colaboração para alunos com Deficiência**

No âmbito da educação geral, a educação de surdos tem recebido destaque por dois motivos: porque se insere perfeitamente na perspectiva dos estudos culturais e também porque ilustra o fracasso maciço de uma pedagogia que se propõe orientado para um grupo específico (SILVA, 1997, p. 24).

No contexto da chamada educação especial, o principal motivo pelo qual está sob críticas e debates é o questionamento que alguns estudiosos da área, bem como a comunidade surda, tem feito ao paradigma da integração escolar de surdos e também pela rejeição da obrigatoriedade: surdos, deficientes auditivos, outros deficientes, escola especial, redução, integração e normalização.

De fato, a educação de surdos continua sendo um território repleto de incompreensões, contradições e contrastes. O conhecimento sobre surdocegueira vem despertando um crescente interesse nos meios educacional e de saúde. Muitos fatores têm contribuído para esse despertar. Alguns deles se destacam pela influência que vem exercendo em todo o processo de desenvolvimento da área.

A mobilização dos deficientes em geral, na busca por seus direitos como cidadãos, organizando-se em associações e buscando espaço na imprensa, através das artes, esportes, assim como se capacitando cada vez mais para estudo e trabalho.

As famílias empenhadas em conhecer os recursos de saúde e educacionais para seus filhos ao invés da aceitação passiva de suas limitações; a legislação sobre inclusão, que vem trazendo a presença de crianças especiais na classe do ensino comum, provocando necessidades de novos conhecimentos para os profissionais que os atendem;

A deficiência dos diagnósticos diferenciais facilitando os encaminhamentos integrados para a educação e o trabalho (GODOFREDO, 1997, p. 24). Todo esse conjunto de dados veio beneficiar uma série de outras necessidades especiais que até o momento não haviam recebido devida atenção, entre elas a surdocegueira.

A partir da década de 70, a Organização das Nações Unidas (ONU) e vários outros organismos internacionais passaram a acolher e dar andamento a pedidos para tratar dos direitos dessas pessoas. No início fixaram-se direitos.

Segundo Moretto (2008), a escola e o processo de avaliação na educação inclusiva têm uma função social que deve estar vinculada a um projeto de vida pessoal e social, para auxiliar a formar gerentes de informações, e não meros acumuladores de dados.

O fato é que grande parte dos surdos apresenta limitações superáveis mediante pequenas acomodações no local de trabalho. Apesar disso, a maioria continua com menos chance de trabalhar, quando trabalha, ganha menos e apresenta uma enorme insegurança no emprego.

O fenômeno é mundial. Em todos os países, o mercado de trabalho é mais restrito às pessoas com deficiência, e entre eles está o surdo. As causas são múltiplas, de um lado, a falta de qualificação e, do outro, a falta de esclarecimento da sociedade civil. É, porém, acima de tudo, a falta de estímulos que facilitam a sua contratação.

De acordo com Pastore (2000, p. 51), os profissionais que tem obtido bons resultados no mercado de trabalho costumam dizer que, para tanto, são necessários três tipos de ações: a preparação dos candidatos, o esclarecimento aos tomadores dos seus serviços e os ajustes da comunidade.

Ao estudar a questão dos surdos no campo trabalhista há que se considerar em primeiro lugar a sua participação na força de trabalho, e em segundo lugar, a sua participação como trabalhadores ocupados. Uma grande parcela das pessoas com deficiência auditiva não faz parte da força de trabalho. Dentre elas se incluem os que têm limitações muito severas, os afastados temporariamente, os aposentados, os muito idosos e os desalentados (PASTORALE, 2000, p. 51).

No Brasil, o espaço de trabalho legal para os surdos é muito limitado. E não deveria ser assim, pois apenas 2 milhões de pessoas com deficiência em idade de trabalhar possuem limitações mais severas e de difícil solução através de acomodações de baixo custo. No mundo inteiro, os deficientes auditivos sofrem

restrições em termos educacionais. O que dificulta a sua inserção no mercado de trabalho. A proporção dos que se educam adequadamente é muito pequena.

No Brasil, o atendimento a essas pessoas no campo da educação é reconhecidamente precário. O ideal é que uma parcela expressiva desses deficientes cursasse escolas regulares, pois a inclusão com as demais crianças estimula as pessoas que têm limitações.

Um esforço de grande extensão foi realizado na preparação de mais de 500 professores e instrutores (e produção de material didático) em metodologias específicas para ensinar surdos (PLANFOR, 1999, p. 3).

Embora tenha sido um importante passo, os resultados daqueles investimentos ainda não foram avaliados. É difícil julgar a sua eficiência e eficácia. Uma boa educação facilita a readaptação da mão de obra às novas tecnologias e aos empregos. Uma educação precária dificulta. Compreendemos porque o mercado de trabalho está se tornando tão exigente.

As empresas estão sendo pressionadas a adotar novas tecnologias e novas formas de trabalhar para vender a feroz competição que emerge na economia globalizada. Para elas, é muito importante trabalhadores que ajudam a resolver os seus problemas, o que requer mais e melhor educação. Nunca a educação foi tão crucial para as pessoas conseguirem um emprego, e, sobretudo, permanecerem empregados (PASTORE, 2000, p. 51).

Um quadro como esse é especialmente difícil para quem, além de pouca educação, possui alguma limitação, como é o caso do deficiente auditivo. A superação dessa dificuldade vai demorar algum tempo e exigirá um grande esforço por parte de toda a sociedade, não só para educar melhor como também para assumir a sua responsabilidade social em relação aos deficientes auditivos.

Devido a alguns avanços na tecnologia, os deficientes evoluíram bastante. Com o avanço da tecnologia e procura por mão de obra especializada aumentou sensivelmente. O problema do surdo no Brasil se agrava com a carência de escolas e classes adaptadas que possam oferecer uma educação geral, que sirva de sustentáculo para seus futuros profissionais.

Estes poderiam ser realizados, tanto em escolas especializadas, como em cursos profissionalizantes. No entanto, o surdo que não conseguir, em tempo hábil, uma qualificação profissional, poderá começar sua integração através de estágio

supervisionado em empresas, enquanto cursa o ensino fundamental I em escolas ou salas de aula especializadas.

Segundo Pastore (2000, p. 20) outra dificuldade enfrentada pelo surdo é a aceitação na sociedade. Assim sendo, mesmo especializado, ele está sempre em desvantagem na competição com o ouvinte.

De acordo com Hoffman (1988, p. 23) o direito à cidadania não se refere apenas aos normais, mas é um dever que a sociedade e, particularmente, os profissionais da Educação tem de lutar para preservar.

Esta formação não diz respeito tão somente à educação enquanto conteúdo acadêmico, mas à formação de um grupo de indivíduos que têm direitos de ser respeitados à sua forma diferente de ser.

Para nós pesquisadores desse assunto, o surdo, enquanto membro de uma comunidade, deverá ter sua participação ativa na modificação da sua atual estrutura. Quando se pensa em tudo que é dito sobre o surdo do ponto de vista de oralização e de inclusão no mundo dos ouvintes, pode-se até pensar que realmente é importante a oralidade e a integração com os ouvintes.

Afinal, em que sociedades eles pretendem viver? Considerá-los incapazes de conviver na sociedade de ouvintes é o que os estigmatiza. Imaginamos que não existe possibilidade de considerar um surdo como normal. Ele não o é. E é a partir desse primeiro pressuposto que deve ser constituído em modelo de Política educacional, para não confundi-lo como um doente qualquer.

Em 1857, foi criado o Imperial Instituto de Surdos-mudos, a primeira instituição no Brasil voltada para o atendimento das pessoas surdas. O instituto foi fundado no Rio de Janeiro por meio da Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, aprovada por D. Pedro II.

O olhar crítico para a história da humanidade revela, com muita clareza, que nenhuma sociedade se constitui bem sucedida, se não favorecer, em todas as áreas da convivência humana, o respeito à diversidade que a constitui.

Nenhuma nação alcança desenvolvimento pleno, se não garantir, a todos os cidadãos, em todas as etapas de sua existência, as condições para uma vida digna, de qualidade física, psicológica, social e econômica.

A educação tem, nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do

conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

É no dia a dia escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem. Para que este objetivo seja alcançado, a escola precisa ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno.

Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. Daí a eficiência de aliar esforços para atender as necessidades de alunos especiais em sua totalidade.

Numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional; garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo primeiro de toda ação educacional.

No que se refere ao professor, sua liberdade de ação se restringiu, durante muito tempo, às ações internas das salas de aula. Tal situação, na realidade, limitou e até mesmo impediu o desenvolvimento de ações coletivas compromissadas com o cuidado individualizado que a educação de cada aluno requer. A construção da escola inclusiva exige mudanças nessa cultura e nas suas conseqüentes práticas.

Tais dificuldades somente poderão ser eliminadas por meio da convicção de que a escola precisa mudar da vontade política de promover mudança e a construção de novas formas de relacionamento, no contexto educacional, levando em conta o potencial e o interesse de cada aluno.

As escolas devem em concordância com a legislação federal e com as legislações estaduais e municipais acerca da educação, assumir, formalmente, como política educacional, a garantia, para todos, do acesso ao conhecimento.

Esta decisão é política e tem implicações práticas, tanto no âmbito financeiro, como no administrativo e no técnico-científico. Dada sua importância, deve ser submetida à aprovação do Conselho da Escola para fortalecê-la.

O fato de o compromisso político estar explícito e formalmente firmado junto ao Conselho da Escola proporciona maior direcionamento às ações da administração escolar, da equipe técnica, dos educadores, das famílias e comunidade, de maneira geral.

De acordo com a Cartilha de Educação Inclusiva, que foi disponibilizada pelo MEC (2004, p. 26), se referindo à Sistemática formal que dá suporte ao professor, a participação da Coordenação Pedagógica no dia a dia da sala de aula bem como da instituição e das interações com a comunidade escolar deve ser bem atuante.

Ainda de acordo com essa mesma Cartilha “outra fonte de suporte para o professor do ensino regular é o assessoramento de uma equipe interdisciplinar, que deverá contribuir com seus conhecimentos sobre recursos e métodos para o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais”. (op., cit., p. 26). Hoje, com a mudança de nomenclatura, denominam-se alunos com “deficiência intelectual”.

A construção de uma sociedade inclusiva exige mudança de ideias e de práticas construídas ao longo do tempo. É importante se prover de cuidados e apoio à família e à comunidade, para que as crianças e adolescentes tenham condições favoráveis para um desenvolvimento saudável.

Sabe-se, entretanto, que a família tem se encontrado, historicamente, numa posição de dependência de profissionais em diferentes áreas do conhecimento, no sentido de receberem orientações de como proceder em relação às deficiências de seus filhos.

É necessário mudar, assim, um contexto de mútuas recriminações, bloqueios e receios, onde uns e outros atores (pais e professores) se movimentam de modo pouco flexível e muitas vezes, culpabilizador do outro, atribuindo aos pais e atitudes dos professores a principal causa do desinteresse, manifestado pela inexistência de relações.

Sabendo-se que têm sido muitas vezes, estas oposições e rupturas que funcionando como retardadoras do processo de relação também se constituem num contexto de mudança, como catalisadores da própria mudança.

Uma mudança que antes de se tornar fator político e por inerência legislativa, foi uma movimentação de ordem não institucional. No entanto uma e outra realidade são na prática indissociáveis. A relação entre família e escola é uma movimentação constituída como uma rede de unidade e consciência gerada e geradora de mudança.

A necessidade de os pais interagirem com os professores e vice versa baseia-se na convicção da importância da partilha de responsabilidades, informação, poder de decisão, um processo que é um dos principais fatores de sucesso e o que melhor se correlaciona com ganhos futuros.

Este processo de interação implica estratégias diversificadas que se inscrevem em vários tipos de abordagens, inerentes aos sujeitos que as tornam realidade e aos vários contextos que as objetivam. É necessário refletir sobre a importância, que de algum modo, tem vindo a ter a produção de legislação para uma verdadeira efetivação da relação família/escola.

Embora o processo se torne lento e muitas vezes limitado, tem sucesso com a atividade dos grupos de pais que têm constituído uma rede de unidade e consciência, capazes de fazer acionar os mecanismos necessários para pressionar os governos e a opinião pública.

## CAPITULO II

### 2. A IMPORTANCIA DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O princípio da inclusão exige uma radical transformação da escola, pois caberá a ela adaptar-se às condições dos alunos, ao contrário do que acontece hoje, quando o aluno é quem tem que se adaptar à escola.

E ainda, a inclusão não se limita ao atendimento aos indivíduos que apresentam deficiências, mas demonstra apoio a todos que fazem parte da escola: professores, alunos e pessoal administrativo.

É de fundamental importância que façamos tudo para incluir as crianças com deficiência. Dessa forma, deve-se desenvolver técnicas, adaptar diferentes tipos de esportes para suas limitações, tentar de todas as formas incluí-las em um convívio social, já que nossas instituições em sua maioria, não são adequadas para receber tais alunos, mais o profissional de Educação Física deve buscar meios para isso, tendo em vista que a inclusão é algo fundamental.

Devemos também trabalhar essas crianças sempre com as crianças “ditas normais” e sempre adaptar as atividades. Todavia para que isso aconteça, devemos estudar formas que mostrem dificuldades para os demais alunos, para que eles vejam também as capacidades dos colegas deficientes e sintam na pele o que os colegas têm que enfrentar todos os dias, ou seja, causar um choque de realidade, pois só assim aprenderão que seus colegas com limitações são tão capazes quanto eles ou até mais capazes, pois convivem com isso todos os dias.

A inclusão defende uma escola que volte o seu olhar para a criança em sua totalidade, respeitando os três níveis de desenvolvimento, tais como: o acadêmico, o sócioemocional e o pessoal, de forma a propiciar ao estudante uma educação de qualidade.

Sousa, citando Padilha,

O professor é uma peça muito importante no conjunto que movimenta todo o sistema educacional. Nesse sentido, é fundamental que o professor da escola regular seja devidamente capacitado para receber esse novo alunado que está chegando à escola, pois juntar crianças em uma sala de aula não lhes garante ensino, não lhes garante escola cumprindo seu papel, não lhes garante aprendizagem e, portanto, não lhes garante desenvolvimento (PADILHA, 2004, p. 96 apud SOUSA, 2008, p. 2).

A necessidade de um profissional adequado nas instituições de ensino nesse caso é de fundamental importância porque somente ele é capaz de adaptar às diversas formas esportivas para uma melhor inclusão das pessoas com deficiências, por ter um conhecimento adequado tanto da fisiologia quanto dos esportes em geral e até mesmo conhecimentos de anatomia o que possibilita adaptar uma modalidade para diversas formas de necessidades ou características físicas de nossos educandos.

Por meio desse processo, é possível avaliar o desempenho de cada aluno durante as jogadas, bem como determinar se é necessário modificar o jogo ou abandoná-lo. Ao finalizá-lo, é interessante discutir com os alunos os procedimentos realizados e, a partir dessa discussão, atribuir significados e relações com conhecimentos prévios ou com conhecimentos novos.

Conforme a publicação do MEC (Educação Inclusiva, vol. 3, 2004) “Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades”. (ARANHA, 2004, p. 65).

Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação.

O Programa de Educação Inclusiva do MEC em suas orientações recomenda que:

[...] Cabe à escola prever o encaminhamento para estudo de caso, bem como o conjunto de procedimentos a serem adotados pelo professor, pela coordenação pedagógica, pela direção, pelo professor especialista, pela família e demais envolvidos, para a análise do processo e planejamento das providências necessárias para favorecer a aprendizagem do aluno com deficiência [...]. (SEESP/MEC, 2004 p. 18 e 19).

Há que se prever que tais ações sejam sistematizadas, regulamentadas, de forma a serem incorporadas na prática educacional regular da escola. Daí o desafio para o professor de educação física, favorecer esse espaço de inclusão.

Com relação à proposta pedagógica cabe apontar a importância das flexibilizações curriculares para viabilizar o processo de inclusão. Os planos de aula não devem ser considerados fechados em relação a mudanças e adequações, no sentido de ampliar as possibilidades de promover a aprendizagem significativa. A mudança faz parte do processo de inclusão.

Para que possam ser facilitadoras e não dificultadoras, às adequações curriculares necessitam ser pensadas a partir do contexto grupal em que se insere determinado aluno. Ratificando esta ideia Filidoro (1997) declara que: [...] tais adequações se referem a um contexto e não à criança, ao particular ponto de encontro que ocorre em sala de aula, que convergem com a criança, sua história, o professor, sua experiência, a instituição escolar, o plano curricular, as regulamentações, as expectativas dos pais, entre outros.

Nesse contexto, não é possível pensar em acordos gerais para crianças de um modo global, mas há necessidade de especificações em todos os sentidos para que os acordos sejam relevantes e possam proporcionar conforto e evitar constrangimentos no ambiente escolar.

A flexibilização curricular deve ser pensada a partir de cada situação particular e não como proposta universal, válida para qualquer contexto escolar. Nesse sentido, combinações devem ser feitas por um determinado professor para um grupo específico de alunos só são válidas para esse grupo e para esse momento.

Na medida em que são pensadas a partir do contexto e não apenas a partir de um determinado aluno, entende-se que todas as crianças podem se beneficiar com a implantação de uma combinação curricular, a qual funciona como instrumento para implementar uma prática educativa para a diversidade.

Dessa forma, as compatibilidades curriculares devem produzir modificações que possam ser aproveitadas por todas as crianças de um grupo ou pela maior quantidade delas. Para que o ambiente seja acolhedor e socializador.

Cabe salientar, ainda, que além de não serem generalizáveis, as compatibilidades curriculares devem responder a uma construção do professor em interação com o coletivo de professores da escola e outros profissionais das áreas da educação e da saúde.

## **2.1 O Atendimento Especializado e Acessibilidade Física**

A organização estudantil é decorrência dessa liberdade. Veda-se, portanto, à escola, ou ao sistema de ensino, a colocação de impedimentos ou obstáculos à organização ou à participação do educando em entidades do seu interesse. Como por exemplo, acesso à escola próxima da residência. Pois o dispositivo

regulamentador não deixa qualquer dúvida acerca da vedação de se discriminar o educando em relação à frequência da escola que o privilegia geograficamente, com o que se impõe aos sistemas de ensino o estabelecimento de critérios objetivos para a organização da matrícula.

A acessibilidade física é um dos primeiros requisitos para a universalização do ensino, já que ela garante a possibilidade, a todos, de chegar até a escola, circular por suas dependências, utilizar funcionalmente todos os espaços, frequentar a sala de aula, nela podendo atuar nas diferentes atividades.

Segundo preceitua o artigo 1º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), "a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais".

A abordagem da presente exposição pretende limitar-se ao tema da educação escolar, para responder ao significado do material de alguém ser sujeito do direito à educação escolar, de quais são os instrumentos de exigibilidade desse direito, de quais são os pontos suscetíveis de se permitir o acesso ao Poder Judiciário para a asseguarção e de quem está legitimado para o exercício.

A regulamentação da matéria permite responder aos questionamentos sem maiores dúvidas quanto à sua liquidez e certeza. É o que se pretende demonstrar, ainda que sem esgotar a análise ou tampouco ingressar em eventuais controvérsias (BRASIL, LDB, 1996).

O Atendimento Especializado às pessoas com deficiência merece especial destaque na atual legislação brasileira, o que passou a ser um dos principais objetivos da assistência social (artigo 203, incisos IV e V, da Constituição Federal). A inclusão social da pessoa com deficiência, na linguagem dos artigos 58 a 60 da LDB, passa pela inclusão escolar.

Por isso, a regra do atendimento diferenciado, preferencialmente na rede regular de ensino e nas condições explicitadas. Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis.

Para Mota (2012, p. 15) citando Silva (2007, p. 156) "a pedagogia mais adequada é aquela que assume que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades de todas as pessoas".

Pode ser considerada, ainda, uma política pública destinada à inclusão social,

que exige iniciativas e atuação dos diferentes campos das políticas públicas e sociais, como a política de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, dentre outras, para a efetivação da proteção integral destinadas aos idosos.

Dentre as diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo, está a prevalência da ação de medidas educativas sobre os aspectos meramente sancionatórios, uma vez que, o Estatuto da criança e do Adolescente assegura o estabelecimento de mecanismos que possam favorecer a divulgação de informações que possuam caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais e sua execução está condicionada à garantia de direitos e ao desenvolvimento de ações que visem a formação da cidadania.

Os exercícios físicos para pessoas com deficiência são excelentes para manterem a saúde do corpo e da mente. O professor pode contribuir para elevar à autoestima da criança para um crescimento, porque o processo de desenvolvimento das habilidades, sobretudo corporais e cognitivas, é motivo de preocupações desde o início da civilização em relação às atividades físicas e motoras.

Uma criança que sente prazer nos exercícios físicos corriqueiros consegue passar melhor pelos declínios do processo de crescimento e desenvolvimento, encontrando em cada etapa do seu ciclo vital mais potencialidades do que limitações. Mesmo quando as dificuldades de adaptação em determinados ambientes se mostram muito grande em relação ao processo de aprendizagem.

Um aluno com deficiência leve é capaz de cuidar de sua aparência física, dedicar um tempo para fazer coisas que gosta, aprender coisas novas e aflorar uma virtude atingida com o passar dos anos: a sabedoria.

Os exercícios físicos para pessoas com deficiência são formas de humanizar o ambiente no qual estão inseridos. E isso significa prestar um serviço de atendimento personalizado e diferenciado, o que confere ao ambiente escolar e assistencial um espaço mais agradável, com profissionais valorizados e usuários satisfeitos.

A humanização se converte em tornar os espaços mais agradáveis, adequados ao uso de ferramentas que favoreçam a inclusão social e apropriados ao contexto do bem estar.

O apoio às atividades físicas concedidas à pessoa deficiente por parte dos professores é de suma importância para que os profissionais da área percebam o

seu papel fundamental na contribuição do desenvolvimento da qualidade em serviço prestado, bem como no ramo institucional, sendo um importante colaborador que participa dos processos avaliativos, dentro das instituições, em diversas situações.

Todos os planos de ações são fruto de um processo de planejamento, uma preocupação com a gestão da qualidade, sendo um diferencial em relação às outras instituições na área da educação, conferindo maior credibilidade, aprimoramento do trabalho, responsabilidade, organização, participação e profissionalismo.

## **2.2 O Ambiente da Área de Educação Física e os Profissionais**

A importância das atividades lúdicas e os exercícios para a saúde e o bem estar do educando estão inseridas no ramo de novas conveniências e facilidades que se constituem uma realidade que é o fruto de ações de modernização, conferindo ao usuário mais comodidade, segurança e benefícios para o estado físico e emocional.

A humanização dos ambientes escolares esportivos também é um fator muito importante para agregar valores humanos e estímulos para a promoção e recuperação da saúde.

O acesso principal de ambiente da área de Educação Física deve ser agradável, receptivo, aconchegante, climatizado, silencioso, tranquilo, transmitir segurança, proteção e afabilidade.

Além disso, o ambiente deve ser amplo, higienizado e com preservação por parte de todos os funcionários e gestores direcionados à sensibilização e o comprometimento com a hospitalidade e a gentileza.

Nesse contexto, os profissionais adquirem uma amplitude técnica e científica, tendo maiores encargos e responsabilidades. Os profissionais são considerados os mestres no contexto educacional, pois cabe a eles evitar os prejulgamentos e as diferenças entre os alunos.

Somente o convívio aliado à experiência baseada na natureza do destino do homem, poderá de fato, orientar o exercício da cidadania e da garantia de igualdade de direitos com a finalidade de desempenhar a tarefa que lhe cabe na complexidade do mundo moderno.

O professor tem o dever de respeitar as normas éticas das outras profissões existentes, igualmente, respeito àquelas relativas ao seu próprio serviço e o mais

importante nessa profissão é o conhecimento e prática dos princípios da moral e da ética que, interligados uns com os outros, interagem no sentido de garantir direitos, suas preservando particularidades e sua contextualização.

O profissional deve seguir com o mesmo foco, ou seja, o ser humano, com seus direitos e deveres. Em sua dimensão teórica, a ética se distingue do saber científico pela sua natureza filosófica, que lhe fornece um caráter crítico, dotado de juízos de valor.

A reflexão ética convida a indagar sobre o que é bom, justo e legítimo em relação às ações humanas; no campo da pesquisa, essa pergunta afirma a necessidade de explicitação dos valores e princípios que orientam as normas e deliberações sobre a pesquisa nos diferentes campos da ciência.

Em uma perspectiva de análise histórica, os valores e princípios adquirem significados diferentes, que variam de acordo com a direção social, ética e políticas objetivadas pela ação prática dos homens, em cada contexto histórico.

Sendo assim, as perguntas de valor e suas respostas são produtos históricos de determinadas circunstâncias sociais. Devem prevalecer a soberania da igualdade social como requisito fundamental ao contexto educacional em todas as instancias no ambiente escolar.

Os diferentes enfoques ilustram, de forma clara, a falta de consenso e as dificuldades inerentes a definição da educação inclusiva nas aulas de Educação Física como política educacional de bem-estar social, que seve para salientar a quase impossibilidade de defini-la sem considerar o contexto real, sem inseri-la no processo histórico específico de dada sociedade (FERREIRA, 2010, p. 63).

É na dinâmica tensa da vida social que se ancoram a esperança e a possibilidade de defender, efetivar e aprofundar os preceitos democráticos e os direitos de cidadania preservando inclusive a cidadania social, cada vez mais desqualificada.

E para impulsionar a construção de um novo padrão de sociabilidade, a economia e a sociedade, são dependentes de uma crescente participação ativa de todos os cidadãos que ditam as regras da sociedade.

No Brasil, tornam-se visíveis e sensíveis os resultados do projeto societário que foi inspirado no sistema neoliberal, isto é, a privatização do Estado, a desnacionalização da economia, o desemprego, o descaso social e a concentração da riqueza.

Dessa forma, é evidente que o Projeto Político Pedagógico-(PPP), escolar deve demonstrar um futuro promissor porque aponta necessariamente ao combate ético, teórico, ideológico, político e prático-social que vai de encontro ao neoliberalismo, de modo concreto a preservar e atualizar os reais valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o torna bastante solidário ao projeto de sociedade viável que interessa à massa da população mais carente.

### **2.3 O Profissional da Educação Física e a Família.**

No caso dos alunos com deficiência que se sentem desmotivados quando adentram no ambiente escolar competitivo, mesmo se sentindo desacreditados, devem ser incentivados e instruídos a estudar e terem um convívio harmonioso dentro da escola e nos lares onde esse aspecto tornou-se cada vez mais complicado.

Segundo Coelho (2013, p. 153) a inserção do profissional em Educação Física na parceria família e escola contribuiu para a melhoria do relacionamento com os educandos e com a conscientização de novas estratégias educacionais.

O reconhecimento científico da importância da prática da atividade física regular na saúde do indivíduo, a conscientização do grande valor da atividade física como estratégia de prevenção de doenças e promoção da saúde são temas que a cada dia vêm ganhando mais espaços, exigindo discussões aprofundadas (COELHO, 2013, p. 153).

Em algumas famílias mais carentes a saúde é precária, sem higiene, sem nenhuma atenção social, sem emprego, sem ajuda financeira ou psicológica. Por esses motivos as pessoas cometem muitos erros tais como: agressões físicas ou psicológicas, abandono, maus tratos e outras atrocidades aos deficientes.

A conscientização dos benefícios da atividade física por parte da população também vem aumentando a cada dia, gerando angústia e ansiedade em pessoas que ainda não aderiram à prática, ou seja, que nada têm feito pelo seu físico e, conseqüentemente, pela sua saúde. Mudar o estilo de vida implica em mudanças de hábitos diários prejudiciais à saúde para hábitos saudáveis. Mudanças de hábitos de vida não são fáceis; é preciso conscientização, participação e motivação, tanto por parte do indivíduo como de diferentes setores sociais (COELHO, 2013, p. 153).

A deficiência física ou mental pode ser considerada como um fenômeno social que envolve a todos, e se constitui em uma das expressões da “Questão Social” hoje, o qual se coloca como um desafio para a atuação profissional da área educacional, que cada vez mais precisa entender como se dá o desenvolvimento nessa face da vida, a dúvida, o medo, a angústia, a solidão, as expectativas que passam a existir com o ingresso à escola e quais os aspectos psicossociais que envolvem a pessoa com deficiência (DUARTE, 2007, p. 5).

O ser humano é, por natureza, inteligente e por isso um ser de valores, que constantemente faz escolhas entre o bem e o mal. O maior desafio consiste em humanizar-se segundo sua inteligência e cultura.

De acordo com o MS - Ministério da Saúde (2001), para inserir a atividade física na vida diária da população é de extrema importância a criação de ambientes favoráveis especialmente para pessoas com deficiências. Para isso, são necessárias políticas públicas e o apoio dos governos locais.

Em função dos benefícios econômicos e sociais para a saúde e considerando-se o alto custo provocado pelo sedentarismo, é indispensável incluir ações de promoção à saúde no contexto das estratégias de desenvolvimento social e políticas sustentáveis

Mas o ser não nasce pronto, é na trajetória da vida, que ocorre rapidamente a aprendizagem e o conhecimento do bem e do mal. Porém, essa tendência pode ser desvirtuada, uma vez que o meio social possui a característica de modificar a forma de pensar e agir dos seres humanos, são os chamados condicionantes sociais que definem se determinado sujeito pode ou dever ser considerado relevante perante um determinado grupo.

### **3. A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

O profissional em Educação Física deve enfrentar desafios, mas antes de tudo precisa cumprir os princípios apregoados pela Constituição Federal e também estabelecer seus próprios princípios de conduta e ética que articulam promessas mais igualitárias e libertárias, nos quais possam permitir a redemocratização da nossa democracia.

A palavra democracia nesse contexto é entendida como um regime de governo no qual o poder da tomada de decisões políticas importantes está nas mãos do povo, de forma direta ou indireta, ou seja, através dos representantes eleitos pelos cidadãos (RIBEIRO, 2009, p.13)

Neste sentido o profissional da área de educação tem o papel de apresentar à população atendida os devidos esclarecimentos acerca da democracia e a importância que esta representa para a sociedade.

Como por exemplo, ressaltar a democracia enquanto instrumento capaz de garantir a liberdade de livre escolha do indivíduo, possibilitando o direito de pensar, de agir e de viver de forma diferente dos demais dentro de regras e leis estabelecidas para equilibrar a operacionalidade de uma sociedade.

As políticas públicas são caracterizadas historicamente pelo caráter individual e universal. Já as políticas com caráter afirmativo devem orientar suas ações aos sujeitos coletivos considerando suas especificidades socioculturais.

Se levarmos em consideração a materialização desses preceitos na gestão escolar estaremos nos deparando com um grande desafio que envolve a revisão de aspectos jurídicos, orçamentários, administrativos e, principalmente, a adoção de medidas que ampliem o conhecimento sobre tais populações.

Temos um considerável avanço no campo da legislação e do desenvolvimento das políticas de educação inclusiva com ações afirmativas. No entanto, há um longo caminho a ser percorrido, já que, não se considera um consenso na sociedade brasileira para a adoção desses princípios na constituição e efetivação das políticas públicas.

Vale ressaltar que não é possível compreender o homem, em toda sua diversidade, sem conhecer profundamente sua história. Como também não é possível compreender o sentido da história humana sem reconhecer estritamente

que cada grupo social e cada sociedade somente conseguiram se constituir à medida que produziram educação e cultura.

Os professores possuem um desafio posto, no sentido de que devem buscar caminhos que decodifiquem a realidade no sentido de rever suas propostas de trabalho, analisando a possibilidade de preservar direitos e também de acompanhar as demandas emergentes todos os dias, em meio a uma sociedade estritamente complexa, no qual o embasamento neoliberal reflete cada vez mais em inserções perversas.

Nesse sentido, é necessária uma visão crítica sempre mais reflexiva e consciente, no que concerne ao entendimento claro e objetivo da profissão neste momento específico da história.

A profissão de Educador Físico é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira quanto resultante dos processos de inclusão social, pois constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos.

Considerando a historicidade da profissão, seu caráter transitório e socialmente condicionado, ela se configura e reconfigura recriando-se no âmbito da relação estado/sociedade, fruto de determinantes macro-sociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional inscrito na divisão social e técnica do trabalho apoiado na relação de propriedade que a sustentam.

O profissional articula a dimensão de condições macro-societárias que tecem o terreno sócio-histórico em que exerce a profissão, seus limites vão além da vontade do sujeito individual; e, por outro lado, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo apoiados em fundamentos metodológicos que são dos agentes profissionais se refletem ao contexto escolar atual.

É na dinâmica tensa da vida social que se ancoram a esperança e a possibilidade de defender, efetivar e aprofundar os preceitos democráticos e os direitos de cidadania preservando inclusive a cidadania e a inclusão social.

O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais.

Nessa conjuntura, requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em

projetos de trabalho.

A dinâmica da vida atual e a velocidade no avanço da Legislação, junto com a necessidade do profissional ganhar dinheiro a qualquer custo, levaram os valores humanos a serem menosprezados e colocados em segundo plano.

Portanto, faz-se necessário aos profissionais de Educação Física maior compreensão, sobre os cuidados com a vida, a dor e o sofrimento humano. Mais que reflexão, deve-se ter o entendimento de que somos parte de um todo e que a roda da vida pode nos colocar em uma situação de vulnerabilidade social.

### **3.1 Pressupostos Filosóficos da Educação Especial e Inclusão**

Com o advento da Constituição de 1988 e dos diplomas legais complementares, o panorama jurídico alterou-se significativamente, em especial no que diz respeito para com a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da criança e do adolescente.

De todos os direitos sociais constitucionalmente assegurados, nenhum mereceu, explicitamente, por parte do legislador constituinte e ordinário, o cuidado, a clareza e a contundência do que a regulamentação do Direito à Educação (BRASIL, CF, 1988).

O enfoque produziu uma nova matriz. Da centralidade na definição do perfil organizacional dos sistemas de ensino e das diretrizes de natureza pedagógica, a preocupação do legislador voltou-se também para a eleição de instrumentos de exigência, conferindo ao conjunto de normas o indispensável sentido de cogência.

A realidade educacional brasileira, infelizmente ainda carregada de insuficiências, apesar dos esforços históricos dos educadores para superá-los e dos avanços formais da legislação, deve, então, merecer, com urgência, a adesão dos operadores da Justiça e de todo o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, condição essencial para dar razão de ser e de efetividade ao que se anuncia como sendo, hoje, no Brasil, o direito à educação.

A permanência na escola constitui-se no maior desafio da educação escolar brasileira, porque os indicativos de exclusão ainda ilustram de forma constrangedora as resenhas estatísticas.

Não se pretende aqui apontar ou analisar as causas e as consequências do fenômeno. Cabe assinalar, no entanto, que a falta da criança ou do adolescente às

aulas ou o gradativo abandono da escola, assim como a repetência do ano escolar, deixaram de serem questões de foro interno da instituição de ensino.

O Estatuto cerca a escola com uma rede de atores e de providências, concebidos para auxiliá-la no cumprimento de sua missão. Nesse particular, o Direito à Educação não é mais tão só o direito à vaga, mas é o direito ao ingresso, à permanência e ao sucesso. Percebe-se, portanto, que a responsabilidade pelo desenvolvimento do processo educativo pertence ao educador, papel no qual é insubstituível.

A obrigação, no entanto, de velar pelo integral direito de ser educado envolve um conjunto de ações, para cujo desenvolvimento exige-se a participação dos pais, do professor, da direção da escola e também dos titulares das atribuições de atendimento à criança e ao adolescente em situação de dificuldade, como proposto, pelo sistema de proteção especial, com suas medidas e programas de proteção especial, no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O homem tem inventado e criado meios, artefatos e tecnologias que possibilitaram, ao longo da sua história, a sua evolução. Nesse aspecto, a inclusão torna-se mais fácil quando se trata de ensinar crianças e adolescentes que necessitam de uma educação diferenciada no contexto escolar.

O Brasil encontrava-se em um período econômico centrado na abertura interna e externa para voltada para a industrialização, aliada ao processo de expansão do capitalismo baseado na economia latifundiária e agroexportadora.

Nesse contexto, a vida urbana e industrial demonstrou as contradições do modelo econômico na incipiência da industrialização e ainda, criou condições favoráveis para que surgissem as primeiras lutas de classes trabalhadoras que tinham qualquer tipo de proteção trabalhista.

A política na qual os profissionais da educação estão inseridos é bastante clara, refletindo e dando ênfase ao intuito de incentivar e estruturar o deficiente ao aprendizado e à inclusão social.

Todavia, o deficiente independentemente da sua condição de deficiência é constantemente vítima de preconceito e discriminação, sofrendo as consequências de uma sociedade injusta e irracional, que carece de informações a respeito da legislação que ampara o indivíduo com deficiência.

### 3.2 Como atender as diferenças

É na família que o indivíduo inicia o seu processo de socialização. A escola constitui uma etapa indispensável nas vivências do homem atual. É, assim, indispensável à construção de formas de interação "[...] onde estejam claramente delimitados os limites, a complementaridade e as funções de cada um [...]" (D'OREY, 1993, p. 21).

Família e escola são realidades diferentes, mas complementares no "percurso de construção" do indivíduo. Como concluem MOUNNIER & POURTOIS (citados por MENEZES, 1990, p. 83) o seu "[...] significado cultural, econômico e existencial [...] reside no encontro dinâmico das realidades valores e projetos".

Tendo presente uma abordagem sistêmica, a relação família/escola permite uma ação educativa contextualizada e diferenciada, com uma validade multilateral, que é construída tendo por base cada realidade seja ela social ou individual.

É nesta relação que se articulam os saberes informais e formais. Uma e outra realidade (família e escola) não se podem conceber, nos tempos atuais, em função de uma dicotomia. É indispensável permitir a convergência de modo a que seja dada a verdadeira importância à chamada educação paralela que é fornecida pela família. Vale salientar que, a relação entre a família e a escola é a articulação desejável para a integração dos diferentes modos de estar e ser dos indivíduos, concorrendo-se neste sentido para o sucesso.

Atualmente é difícil negar o papel determinante que a comunidade em geral, e especificamente a família, desempenham na escola. Um papel baseado, não na dependência, mas numa cooperação que se torna essencial assegurar.

### 3.3 Integrações X Inclusão

Basalla (2001, p. 6) afirma a este propósito que mais "a crença do que a necessidade aguça o esforço inventivo". Esta motivação tem sido referida para explicar e justificar o crescente aumento das invenções e a atividade tecnológica.

Assim, a tecnologia tem evoluído essencialmente, no sentido de satisfazer as necessidades humanas mais básicas, mas também as que se prendem com prazer, bem-estar e lazer. Por outro lado, a evolução tecnológica tem contribuído igualmente para colmatar as deficiências e limitações existentes nos seres humanos.

Sabendo que as novas tecnologias têm vantagens, mas também inconveniências, e que a sua utilização tem vindo a realizar-se de forma massiva e invasora, sendo que esta deverá futuramente realizar-se de forma mais acautelada e controlada.

Alguns sociólogos, nomeadamente Santos (1987), têm vindo a alertar para as consequências desta realidade social: as potencialidades da tradução tecnológica dos conhecimentos acumulados fazem-nos crer no limiar de uma sociedade de comunicação e interativa libertada das carências e inseguranças que ainda hoje compõem os dias de muitos de nós.

Alguns pedagogos têm alertado para as vantagens e perigos da utilização massiva das novas tecnologias. Estas devem ser utilizadas com uma metodologia adequada para que o processo de ensino e aprendizagem ocorram de maneira correta e não de forma conturbada.

Damásio (2007) afirma a este propósito que temos a plena consciência que esta nova realidade surge na nossa sociedade como “o novo paradigma de desenvolvimento tecnológico”, cada vez maior e mais rápido, que “resulta da soma de um conjunto notável de inovação no campo da engenharia e das tecnologias da comunicação e de um contexto de uso e recepção em permanente mudança económica, institucional e social”.

Freire (2005) afirma: “nunca fui ingênuo apreciador da tecnologia”. Por esse motivo não a diviniza, de um lado, nem a diaboliza do outro. O autor, consciente das potencialidades da tecnologia, prefere conviver com esta situação de forma pacífica e, por essa razão sempre esteve “em paz para lidar com ela”, não duvidando “do enorme potencial de estímulos e desafios à curiosidade que a tecnologia põe a serviço das crianças e dos adolescentes das classes sociais chamadas favorecidas”.

Pelas decisões políticas tomadas no nosso país, em termos de desenvolvimento tecnológico e de inclusão digital, temos vindo a caminhar para um acesso aos meios de comunicação e de informação para todos.

Através da análise da legislação, documentos oficiais, normas europeias e internacionais podemos verificar que estamos no rumo certo e avançamos em direção ao que tem sido denominado de combate à infoexclusão. Daí a emergência do novo conceito de Inclusão Digital que preconiza a plena participação dos cidadãos com deficiências em todas as áreas da vida.

As crianças possuem uma tendência natural, instintiva que as direciona ao desenvolvimento de suas potencialidades. Os pais devem ter conhecimento desse processo para que não dificultem ou impeçam o crescimento espontâneo da criança.

Pela falta de compreensão da natureza e necessidades básicas do ser humano, os pais, muitas vezes, prejudicam a busca do próprio desenvolvimento, pela criança. O modo como os pais lidam com seus filhos pode ajudá-los no desenvolvimento das suas potencialidades e no relacionamento com o mundo, possibilitando-lhes o enriquecimento pessoal através das experiências que o meio lhes proporciona.

### **3.4 Sugestões de Atividades Físicas para Pessoas com Deficiência**

Os esportes adaptados é uma das armas mais poderosas na inclusão de pessoas com deficiência. Os esportes em geral promovem a inclusão e a interação entre as pessoas, através das modalidades esportivas, podendo aprender a socializar-se, perder a inibição, pois o mesmo possibilita o contato das mais diferentes pessoas em todo mundo.

E com as pessoas com deficiência não é diferente, pois a partir do momento em que passam a praticarem essas modalidades esportivas passam a compreender suas dificuldades e começam a aceitá-las. Mais também descobrem que são dotadas de um grande potencial e com isso aumentam sua auto estima, passando assim a viver com uma qualidade de vida melhor.

Citaremos algumas modalidades.

#### **Natação**

Seja qual for sua deficiência, a natação é um dos exercícios mais completos por aí. Lógico, pode ser necessário a orientação e acompanhamento de um especialista ao lado. Mas além de ser um exercício completo, a sensação de estar flutuando na água pode ser especialmente calmante para cadeirante que tem de suportar o peso apenas com a parte superior de seus corpos.

#### **Corrida e/ou Caminhada**

Com algumas adaptações, uma cadeira de rodas pode ser adaptada para ser utilizada em corridas e caminhadas como exercício aeróbico. Mesmo quem utiliza

muletas para se movimentar pode usufruir de caminhadas com elas, de forma a acostumar melhor o corpo ao uso desse auxílio e adquirir a destreza necessária para uma boa movimentação. Deficientes auditivos ou visuais são recomendados a fazer esses exercícios com um acompanhante ou um cão guia.

### **Ciclismo**

Para quem tem problemas com membros superiores e/ou inferiores, há bicicletas adaptadas. Para quem é deficiente auditivo ou visual, temos as bicicletas para mais de uma pessoa, onde o deficiente pode fazer par com alguém que ficará responsável por guiar a bicicleta enquanto ele apenas pedala.

### **Musculação**

Você pode até não gostar, mas a musculação é essencial para quem tem algum tipo de deficiência relacionada aos membros. Este tipo de deficiência faz com que seu corpo sobrecarregue alguns grupos musculares e torna necessário que você tenha uma rotina de exercícios para trabalhar a resistência e força, evitando que a sobrecarga cause dores musculares.

Para deficientes auditivos ou visuais, a musculação pode também ser uma boa forma de socialização, já que é um desafio para estes deficientes a comunicação. Vale dizer que é especialmente necessário que os exercícios de musculação sejam feitos lentamente e combinados com a respiração apropriada, de modo a desenvolver uma resistência muscular necessária para evitar dores e lesões.

### **Dança**

A dança é um ótimo exercício aeróbico. É também um trabalho de socialização, de equilíbrio, além de extremamente calmante. Mesmo deficientes auditivos conseguem ter a experiência da música através das vibrações causadas pelas ondas sonoras. A música é uma das melhores ferramentas que existem para trazer alegria e qualidade de vida para as pessoas. Existem muitos grupos de dança pelo mundo que tem excelentes pessoas deficientes.

### **Artes Marciais**

A sensação de impotência é muito comum entre as pessoas com deficiência. Não significa que você deva fazer artes marciais para reagir contra qualquer ataque

à sua pessoa, mas saber que você tem a capacidade de se defender, conhecer melhor seu corpo e trabalhar o equilíbrio de uma forma global (mental, espiritual e física) e que podem ajudá-lo a se tornar mais autoconfiante. Além do mais, as artes marciais são exercícios completos e que podem ajudar e muito à pessoa com deficiência a manter sempre uma boa forma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todas as escolas vemos uma carência total de profissionais de Educação Física. E vindo por este lado é notório que o desenvolvimento das crianças com deficiência seja limitado, principalmente relacionados às áreas esportivas, pois ele de tem que lidar com situações constrangedoras, pois as instituições oferecem o mínimo de adaptação.

Também tem que lutar contra o preconceito e falta de interatividade com os educandos que não têm as mesmas limitações. Daí entra o papel do profissional de Educação Física, pois os esportes quebram tabus e aproximam pessoas. Dessa forma pode-se ser usado como uma ferramenta de inclusão e integração entre as pessoas.

Mais para que isso aconteça é necessário uma serie de fatores e transformações, tendo em vista que o profissional da área vai ter que fazer algumas adaptações porque entram os famosos esportes adaptados, o desporto e a ludicidade.

Sabe-se, também, que a falta de informação sobre a deficiência da criança, sobre os recursos existentes na comunidade e sobre os procedimentos de acesso a esses recursos tem, na maioria das vezes, levado os pais a uma condição de dependência de um determinado serviço ou mesmo de profissionais.

Difícilmente são orientados a analisar o conjunto de suas necessidades, a tomar decisões e exigir a qualidade de atendimento que desejam. Nesse sentido é de fundamental importância a participação dos mesmos, o acompanhamento na escola para vivenciar com os filhos as dificuldades o que eles enfrentam, mas também fiscalizar se seus filhos estão sendo atendidos por um profissional da área de educação física, pois a maioria das vezes esse atendimento é feito por uma pessoa leiga ou profissional de outra área, o que pode acarretar um mau desenvolvimento motor e cognitivo, principalmente quando a criança requer cuidados especiais.

A Educação Física tem um grande leque de variedades, além dos esportes adaptados, o professor pode utilizar outras formas de atividades desenvolvidas por ele de acordo com as necessidades de nossos educandos. No entanto, as atividades culturais, como a dança, o teatro, e até mesmo atividades do cotidiano de

nossas crianças o que podem variar de acordo com cada região, entende-se que essas atividades sempre estão voltadas para inclusão e que basta um pouco de criatividade para que elas venham ser fundamentais para o desenvolvimento de nossas crianças com dificuldades ou não. Portanto, ela é uma importante arma de inclusão e precisa que seja bem vista pela comunidade escolar.

Há que se investir na abordagem dessas questões, como instrumento de crescimento e desenvolvimento e favorecendo a qualidade de vida dos educandos. Dessa forma, a criação de projetos dentro da comunidade escolar poderia ser uma opção, onde poderia se criar uma série de atividades voltadas para os esportes adaptados, para que possamos incluir o máximo de crianças com deficiência.

Outro fator interessante é a criação de grupos de teatro, dança e as lutas, pois essas diversas culturas englobam a Educação Física dentro das escolas e muitas delas nem precisam de adaptação para as pessoas com deficiência, pois por se só já tem em sua essência o caráter inclusivo. Um grande exemplo delas são as lutas que em grande maioria foram criadas por necessidades daqueles que eram oprimidos e excluídos da sociedade por ser o elo mais fraco.

A Educação Física tem muito a oferecer às pessoas com deficiência, além de melhoria de vida, ela promove maior integração dos mesmos, promove a socialização, a aceitação e o mais importante, a superação. A Educação Física vem proporcionando às pessoas com deficiência melhor qualidade de vida.

Pois ao praticar esportes esses deficientes descobrem uma forma ampla e global de integração e inclusão social, além do mais, ela previne as doenças secundárias levando o indivíduo a descobrir que apesar das limitações físicas pode ter uma vida saudável e normal. Pois uma atividade física pode transformar o dia a dia de um atleta deficiente possibilitando uma saúde do corpo e da mente.

## REFERENCIAS

**ARANHA, M. S. F.** Educação inclusiva: transformação social ou retórica? In: OMOTE, S. Inclusão: intenção e realidade. Marília, SP: Fundepe Publicações, 2004.

**BRASIL.** ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma Brasileira – NBR. 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2004. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/pessoa-deficiencia/norma-abnt-NBR-9050/view> > Acesso em: 18/12/2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 11-jul-2016. Texto copiado em 26 de set. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.** Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira, 3 a. Edição, São Paulo: Saraiva, 1990.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira, 3 a. Edição, São Paulo: Saraiva, 1990. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental\_Brasília: MEC/SEF,2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** LDB Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Educação inclusiva. v. 3 : a escola / coordenação geral SEESP/MEC ; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília, 2004. p.26 Disponível em:. Acesso em 14 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

**CONDE**, Antonio João Menescal. **Deficiência Visual**: A cegueira e a baixa visão. Artigo Publicado em: 11/05/2012. Disponível em: < <http://www.bengalalegal.com/cegueira-e-baixa-visao>> Acesso em: 15/12/2017.

**FILIDORO**, N.. Adaptações curriculares. In: Escritos da criança. n. 06, Porto Alegre: centro Lydia Coriat, 1997.

**LUCKESI**, Cipriano C, **Educação e luta de classes**. 18 Ed. São Paulo. Cortez, 2001

**MENEZES**, Maria Aparecida de. **Formação de Professores de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Regular**. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade Católica de São Paulo. 2008. Disponível em: < <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10054/1/Maria%20Aparecida%20de%20Menezes.pdf>> Acesso em:

**MORAES**, Carmen Sylvia Vidigal. **A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras**. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Rev. Bras. Educ. no.15 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2000 Disponível em: <

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000300006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000300006&script=sci_arttext)  
Acesso em: 18/12/2017.

**MORAN, JOSÉ Manuel**, 2000, **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas**, em MORAN, José Manuel, *Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica*. Campinas, Papyrus Editora. 2000.

**SILVA, Adilson Florentino da. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física / elaboração Adilson Florentino da Silva, Ana de Lourdes Barbosa de Castro, Maria Cristina Mello Castelo Branco.**- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 67 p.

**SILVA, S. C. da. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de Educação Inclusiva.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, set.-dez. 2007, v. 11, n. 3, p. 373-394. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v11n3/v11n3a05.pdf>>. Acesso em: 18/12/2017.  
<https://www.saudemelhor.com/10-exercicios-fisicos-para-deficientes-fisicos/texto>  
copiado em 27/02/2018 às 20h40min.

**Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.**

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, **Antonio Igor de Lima** acadêmico do curso de **Licenciatura em educação Física** orientado pelo professor Esp. Honorato Pinto de Araújo Neto, declaro para devido fins que o Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia, aqui apresentado, atende as normas técnicas e científicas exigida na elaboração de texto, previstas no Manual para Elaboração de Trabalhos acadêmicos.

As citações e os parágrafos dos autores estão indicados e apresentam a origem da idéia do autor com as respectivas obras e anos de publicações.

Caso não apresente estas indicações, ou seja, caracterize crime de plágio, estou ciente das implicações legais decorrente deste procedimento.

O Código Penal em Vigor, no Título que trata dos Crimes a Propriedade Intelectual, dispõe sobre o crime de violação de direito autoral – artigo 184 que traz o seguinte teor: Violar o direito autoral: pena- detenção, de 03 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. E os seus parágrafos 1º e 2º consignam respectivamente.

§1º se a violação consistir em reprodução, por qualquer meio, com intuito de lucro, de obra intelectual, no todo ou em parte, sem autorização expressar do autor ou de quem o represente.

(...) Pena-reclusão, de 1(um) a 4 (quatro)anos, e multa, (...)

§ 2º Na mesma pena do parágrafo anterior incorre quem vende, expõe a venda, aluga, introduz no País, adquire oculta, empresta troca ou tem depósito, com intuito de lucro, original ou copia de obra intelectual, (...), reduzidos ou reproduzidos com violação, de direito autoral. (Lei nº 9.610, de 9.02.98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, publicada ou no D.O.U de 20.02.98, seção I, pag. 3)

Declaro ainda minha inteira responsabilidade sobre o texto apresentado no trabalho acadêmico, Monografia, desenvolvido.

FORTALEZA/CE \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

---

## DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE MONOGRAFIA

Eu Cely Maria Lima, professor (a) Licenciada em Letras pela Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central- FECLESC. E Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Vale do Acaraú-UVA. Declaro para os devidos fins de direito que fiz a **revisão ortográfica do artigo/monografia** do acadêmico **Antonio Igor de Lima, Educação Física e sua Capacidade de Inclusão na comunidade escolar para Crianças com Deficiência**. Apresentada ao curso de Licenciatura em Educação Física.

FORTALEZA/CE, .... de .....2018

---

Professor (a)

---

Revisor (a)